



# LITERATURA INFANTIL AFRO-BRASILEIRA NOS ANOS INICIAIS: UM CAMINHO PARA A CONSTRUÇÃO DE UMA EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA

Mariana Simas Pereira Alves <sup>1</sup>  
Rogerio Mendes de Lima <sup>2</sup>

## RESUMO

A discriminação racial é uma realidade que permeia a sociedade brasileira e afeta a forma como as crianças são educadas. A escola, como um espaço formador das identidades raciais deve desempenhar um papel crítico na promoção de práticas antirracistas. Nessa perspectiva, a proposta deste trabalho apresenta a literatura infantil afro-brasileira como uma ferramenta de construção de estratégias pedagógicas antirracistas voltadas para estudantes dos anos iniciais do ensino fundamental. Na perspectiva adotada nesse estudo, entende-se que a melhor forma de denunciar o racismo vivido na sociedade brasileira e que atinge todas as esferas da vida social e, em especial, o ambiente escolar é perceber que o racismo é parte indissociável da modernidade capitalista, cujo processo de desenvolvimento pode ser historicamente marcado pela colonização e pelo colonialismo. Como resultado desse processo tivemos durante muito tempo uma abordagem da literatura infantil que reproduzia valores e opressões que escondiam ou secundarizavam as práticas culturais e a história dos povos africanos e afro-brasileiros. Desse modo, compreende-se que uma das formas de enfrentamento dessa realidade é ressignificar a literatura infantil para os estudantes e um dos caminhos é o uso da literatura afro-brasileira que abordam as relações étnico-raciais, que destacam e valoriza a cultura e a identidade negra. Esse material será apresentado e discutidos com professores para que gere um conjunto de estratégias para uso em sala de aula. Cabe ressaltar que esse estudo faz parte de uma pesquisa de Mestrado e pretende transformar toda a experiência da interação com os professores em um *e-book* que será disponibilizado gratuitamente para docentes e estudantes.

**Palavras-chave:** Educação antirracista; Colonialidade/decolonialidade; Literatura infantil afro-brasileira

## INTRODUÇÃO

Os primeiros anos de escolaridade são um período crucial para moldar as percepções e atitudes das crianças em relação à diversidade racial. Nesse sentido, a construção da identidade racial é um processo complexo e fundamental do desenvolvimento humano que começa na infância e a escola desempenha um papel significativo nesse processo. Nos anos iniciais, as crianças começam a explorar questões relacionadas à raça e identidade, e é essencial que a

---

<sup>1</sup> Mestranda do Programa de Mestrado Profissional em Práticas de Educação Básica do Colégio Pedro II, Rio de Janeiro. Professora da Rede Pública Municipal do Rio de Janeiro mariana.simas.alves@gmail.com.

<sup>2</sup> Professor orientador: Titular do Departamento de Sociologia do Colégio Pedro II e docente do Programa de Mestrado Profissional em Práticas de Educação Básica do Colégio Pedro II, Rio de Janeiro, mendeslimacp2@gmail.com.

educação seja sensível a essas dimensões para promover uma construção de identidade racial saudável a essas dimensões.

A sociedade brasileira é marcada pelo racismo, fenômeno que se encontra na base de sua construção histórica e cultural. Como aponta Quijano (2005), a modernidade é resultado, entre outras coisas, de um profundo processo de hierarquização racial levado a cabo pelos europeus no processo de invasão/colonização ocorrido a partir do século XVI. O racismo é uma de suas consequências. Enfrentá-lo exige uma profunda transformação no modo como são educadas crianças e adolescentes.

A literatura infantil afro-brasileira é uma ferramenta poderosa para promover a valorização da diversidade racial nas escolas e desempenha um papel fundamental nesse processo, promovendo a compreensão, o respeito e a valorização das contribuições da cultura negra para a sociedade brasileira. Para maximizar seu potencial, é essencial capacitar os professores para utilizar essas obras de maneira eficaz em sala de aula. Um curso de extensão focado na literatura infantil afro-brasileira pode ser a chave para promover uma educação mais inclusiva e justa nos anos iniciais.

A Lei 10.639/03 e as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino de História e Cultura Africana e afro-brasileira são uma conquista importante obtida a partir da luta dos movimentos negros. Contudo, sua efetivação enquanto realidade nas escolas não pode prescindir das práticas pedagógicas implementadas pelos docentes. Dentro desse escopo, a educação antirracista é um compromisso necessário e urgente para construir uma sociedade mais justa e igualitária e a literatura infantil afro-brasileira emerge como uma ferramenta poderosa para iniciar esse processo desde a infância.

Com esse objetivo em tela, este artigo pretende demonstrar como a literatura infantil afro-brasileira pode ser uma ferramenta importante para a construção de uma educação antirracista. Cabe ressaltar que as reflexões e propostas que serão apresentadas ao longo do texto fazem parte da pesquisa de Mestrado Profissional em Práticas da Educação Básica do Colégio Pedro II.

## **METODOLOGIA**

### **O Racismo como consequência do colonialismo e da colonialidade.**

Mignolo (2017) realiza uma comparação entre dois momentos históricos: o século XVI e as últimas décadas. Nesse exercício, ele constata que a organização social, cultural e política desses momentos nos permite falar em dois mundos absolutamente distintos. A causa seria o

advento da modernidade capitalista, fruto mais consistente e duradouro dos processos de colonização iniciados no século XVI. Quijano (2005, p. 117) afirma que:

A América constitui-se como o primeiro espaço/tempo de um padrão de poder de vocação mundial e, desse modo e por isso, como a primeira id-entidade da modernidade. Dois processos históricos convergiram e se associaram na produção do referido espaço/tempo e estabeleceram-se como os dois eixos fundamentais do novo padrão de poder

Esse novo padrão de poder se baseia em duas premissas: a codificação e hierarquização da população mundial através da ideia de raça e a expansão para todo o planeta do modo capitalista de produção e gestão econômica. Como ele afirma,

A idéia de raça, em seu sentido moderno, não tem história conhecida antes da América. Talvez se tenha originado como referência às diferenças fenotípicas entre conquistadores e conquistados, mas o que importa é que desde muito cedo foi construída como referência a supostas estruturas biológicas diferenciais entre esses grupos. (Quijano, 2005, p. 117)

Na prática essa concepção permite que “ocultadas por trás da retórica da modernidade, práticas econômicas dispensavam vidas humanas, e o conhecimento justificava o racismo e a inferioridade de vidas humanas, que eram naturalmente consideradas dispensáveis.” (Mignolo, 2017, p.4). Nesse sentido, a ideia de raça que sustenta a construção da modernidade é também aquela que permite o surgimento e a persistência do racismo em sua versão moderna. Como afirma Fanon (2008), no contexto da modernidade ser negro significa ser menos que humano e, portanto, alguém cuja vida, história e cultura são descartáveis e silenciadas pelo poder hegemônico.

O fim histórico da colonização não significa o fim da estrutura de dominação do período colonial. A colonialidade é a herança que mantém as estruturas de dominação. Mignolo (2017, p. 12) aponta que diversos elementos permitem observar essa continuidade. “Vamos tomar o exemplo da língua, do conhecimento, do racismo, da autoridade e da economia criando nós histórico-estruturais heterogêneos, que se transformam embora permaneçam mantendo a lógica da colonialidade”.

Castro-Gomez (2012) entende a necessidade de análise da colonialidade em três dimensões: poder, saber e ser. A colonialidade do poder se refere às estruturas políticas e econômicas que se mantém mesmo com o fim da colonização e perpetua a exclusão das populações negra e indígena – se pensarmos na América Latina – das esferas de decisão, comando e da operação e usufruto das riquezas materiais produzidas socialmente.

A colonialidade do saber está relacionada à dimensão epistêmica de produção e reconhecimento enquanto conhecimento válido apenas das produções europeias ou realizadas

a partir de padrões eurocêntricos de saber. Nesse cenário, a produção epistêmica dos povos originários, africanos e afro-brasileiros é silenciada, desvalorizada ou inserida no campo do exótico, do não acadêmico.

A colonialidade do ser tem relação direta com a formação ontológica dos sujeitos. Nessa dimensão os elementos, manifestações e valores das populações dominadas é representada sempre como hierarquicamente inferior às representações e valores dos dominadores, que as obtém das matrizes eurocentradas de humanidade. Assim, como afirmado anteriormente, suas histórias e cultura são excluídas dos padrões de humanidade definidos pela modernidade capitalista.

O racismo moderno é fruto de toda essa herança e um exemplo de operação da colonialidade. Se considerarmos as suas diversas dimensões, Colonialidade do poder, do saber e do ser, vemos que a questão da raça afeta todas as esferas das populações dominadas, em especial a população negra e indígena. Bernardino-Costa et al (2017, p.11) afirmam que “Tão crucial é o racismo como princípio constitutivo, que ele estabelece uma linha divisória entre aqueles que têm o direito de viver e os que não o têm.”

Lima (2015) afirma que o racismo no Brasil opera de duas maneiras. Por um lado, através da negação das condições materiais mínimas para que a população negra dispute em condições de igualdade as posições dentro da estrutura social. Nesse aspecto a colonialidade do poder pode ser reconhecida na ausência dessa população nas posições de destaque na política e na economia e em outros espaços de poder social.

A outra forma de funcionamento do racismo é subjetiva e se constrói nas dimensões da colonialidade do saber e do ser (Lima, 2015). A pressão para que sejam rejeitadas suas raízes culturais e históricas, sua identidade mediada pelo padrão branco europeu, a constante crítica às suas expressões religiosas e estéticas exemplificam a ação da colonialidade do ser. Por sua vez o eurocentrismo na definição e reconhecimento do que é conhecimento, o silenciamento das produções e dos saberes negros aponta para a ação da colonialidade do saber.

O racismo no Brasil se manifesta na naturalização da exploração, do extermínio e da dominação constante da população negra no cotidiano. De acordo com dados do IPEA, em 2019, 66% das mulheres assassinadas no Brasil eram negras. Sem o recorte de gênero, a população negra corresponde a 77% das vítimas de homicídio no Brasil nesse mesmo ano. O viés racial da violência é um dado alarmante e infelizmente não “constitui uma novidade ou mesmo um fenômeno recente (Cerqueira et al, 2021, p. 49)

A colonialidade do poder e seu recorte racial fica demonstrada quando observamos a distribuição dos cargos de comando/gerenciais no país. Em 2018, 68,6% desses cargos eram ocupados por pessoas brancas enquanto 29,9% eram ocupados por pessoas negras. No mesmo momento, a renda média de uma pessoa branca era de 2796 reais enquanto uma pessoa negra recebia em média 1608 reais mensais. Os casos de intolerância religiosa são outro exemplo do racismo no cotidiano. Em 2021 dos 966 casos relatados, 244 foram direcionados às religiões de matriz africana.

Nesse sentido, o racismo é parte integrante da estrutura social brasileira herdada do colonialismo e se faz presente nas diversas dimensões da colonialidade. Nesse aspecto, Pires e Silva (2015, p. 66) apontam que o racismo funciona como:

(...) uma espécie de sistema de convergência de interesses, fazendo com que o racismo, de um lado, implique a subalternização e destituição material e simbólica dos bens sociais que geram respeito e estima social aos negros – ciclo de desvantagens – e, de outro, coloque os brancos imersos em um sistema de privilégios assumido como natural, como norma.

Esse fenômeno, como já dito neste texto, tem impacto em todas as dimensões da vida social, e, portanto, atinge também as práticas pedagógicas e currículos implementados nas escolas. Gómez (2012, p. 102) alerta para o fato de que esses são espaços em disputa e que a transformação das relações étnico-raciais na escola e na sociedade brasileira passa pelo combate ao processo que:

(...) resultou na hegemonia de um conhecimento em detrimento de outro e a instauração de um imaginário que vê de forma hierarquizada e inferior as culturas, povos e grupos étnico-raciais que estão fora do paradigma considerado civilizado e culto, a saber, o eixo do Ocidente, ou o “Norte” colonial.

### **Decolonialidade e educação antirracista**

Gomes (2021) argumenta que a educação contribui para a difusão e perpetuação da colonialidade quando:

[...] insiste em reforçar a ideia de civilização como algo próprio do mundo Ocidental; quando trabalha com a lógica de que a ciência ocidental é a única forma de conhecimento legítimo e validado; quando subjugua os conhecimentos produzidos no eixo Sul do mundo a meros saberes rudimentares; quando reforça valores, idiomas, padrões estéticos e culturas ocidentais e urbanas, apagando a diversidade de formas de ser e de constituição linguística, de formas de Estado, de processos culturais e políticos; quando despreza os conhecimentos locais, não ocidentais, as culturas produzidas pelos setores populares, as religiões que não se baseiam na visão cristã de mundo e a diversidade de heranças e memórias [...] (Gomes, 2021, p.436)

Dessa forma, construir uma educação antirracista deve ter por princípio inserir o debate sobre a questão racial como uma tarefa da escola básica e, portanto, dos seus currículos e práticas pedagógicas. Grosfoguel (2017) afirma categoricamente que o racismo não é apenas uma manifestação aleatória ou uma consequência da organização econômica da sociedade. Ele é um dos seus elementos constitutivos e está na estrutura de organização social da modernidade capitalista.

Sendo assim, uma educação antirracista precisa além de discutir os currículos, transformar as práticas pedagógicas, demonstrar como a branquitude influencia na constituição e no tratamento dados aos sujeitos racializados na escola, fazer com as práticas sociais sejam transformadas. Concordamos com Gomes (2021) quando ela afirma que essas discussões têm que ser mais que temas de cursos ou de aulas e provas, mas práticas sociais cotidianas que ressignifiquem o espaço escolar, inclusive colocando em debate os objetivos da própria instituição escolar.

Certamente que a decolonização das práticas pedagógicas e dos currículos passa por uma ruptura epistemológica com um cotidiano escolar marcado pela persistência das relações e visões colonizadas da realidade social. Gómez (2012, p.105) chama a atenção para o impacto que a implementação da Lei 10.639/2003 nas escolas pode ter nesse aspecto.

Nesse sentido, a mudança estrutural proposta por essa legislação abre caminhos para a construção de uma educação anti-racista que acarreta uma ruptura epistemológica e curricular, na medida em que torna público e legítimo o “falar” sobre a questão afrobrasileira e africana. Mas não é qualquer tipo de fala. É a fala pautada no diálogo intercultural. E não é qualquer diálogo intercultural.

Candau (2020, p. 680) defende que a interculturalidade crítica deve ser mais que observar os sujeitos silenciados/subalternizados em suas práticas culturais e diferenças. Ela deve “questionar as diferenças e desigualdades construídas ao longo da história” e propor a criação de relações sociais radicalmente novas. Nesse contexto, no espaço escolar decolonizar significa interromper os silenciamentos, exclusões e hierarquias dentro dos currículos, das práticas pedagógicas e das formas de avaliação discente.

Não há dúvida que esse processo irá gerar tensões e conflitos. “Nesse processo, a superação da perspectiva eurocêntrica de conhecimento e do mundo torna-se um desafio para a escola, os educadores e as educadoras(...) (Gómez 2012, p. 107). Contudo, na proposta intercultural crítica essas ações têm o potencial de produzir relações sociais e pedagógicas inteiramente novas.

Outro aspecto importante para a construção de uma educação antirracista, consiste no compromisso que deve ser assumido com as lutas e resistências das populações negra e indígena

ao longo da história. Como apontam Bernardino-Costa et al (2017), A decolonialidade precisa ser um compromisso político e pedagógico com as lutas contra o racismo e qualquer forma de discriminação. A decolonialidade e o antirracismo precisam ser mais que um discurso e se tornar ação política no cotidiano escolar.

Nesse sentido, repensar a branquitude é uma das ações mais importantes de uma educação antirracista. E isso não deve ser visto, como ainda ocorre comumente, como um problema ou uma tarefa das pessoas negras. Ela é obrigação de todas e todos que efetivamente se comprometem com o enfrentamento do racismo. Gomes (2021) reafirma a necessidade de que uma postura política e pessoal antirracista é uma obrigação de todas as pessoas.

No próximo tópico discutiremos como a literatura pode ser um campo fundamental para a educação antirracista, visto que foi uma das ferramentas mais utilizadas para construir um imaginário e uma identidade colonizada nas populações dominadas, principalmente com o papel de difundir um padrão de sujeito e de comportamento social. Nesse aspecto, o uso da literatura afro-brasileira contribui para a produção de novos entendimentos acerca do papel e das possibilidades das pessoas negras na sociedade e na escola.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

### **Literatura Infantil afro-brasileira como ferramenta antirracista**

A construção de uma educação antirracista é uma responsabilidade fundamental para a sociedade. A literatura infantil desempenha um papel fundamental no processo educativo, proporcionando às crianças não apenas o prazer da leitura, mas também inúmeras oportunidades de aprendizado. Utilizada como uma poderosa ferramenta pedagógica, a literatura infantil enriquece a experiência de aprendizagem em sala de aula, estimulando o desenvolvimento cognitivo, emocional e sociais das crianças.

Essa ferramenta pedagógica apresenta às crianças um vasto universo de palavras, conceitos e estruturas linguísticas. Ao serem expostas a diferentes histórias e estilos de escrita, as crianças expandem seu vocabulário e melhoram suas habilidades de comunicação. O contato com personagens e situações variadas enriquece sua compreensão do mundo, tornando-se mais fluente na linguagem. Os livros infantis frequentemente apresentam mundos fantásticos, personagens mágicos e situações inusitadas. Entretanto, devemos refletir sobre quais narrativas estão sendo apresentadas para as crianças, a fim de não cair no arcabouço do racismo estrutural enraizado na sociedade, que evidencia literaturas as quais são norteadas por um padrão eurocêntrico e colonial.

É necessário romper com o padrão eurocêntrico e proporcionar as crianças leituras que trazem como proposta a representatividade negra de maneira positiva e valorizada. Nos anos iniciais da educação, é essencial utilizar livros que promovam a diversidade, combatam o racismo e inspirem a conscientização racial. A literatura infantil afro-brasileira é um recurso poderoso na luta contra o racismo desde a infância.

Ao proporcionar narrativas que representam a diversidade racial, desconstruindo estereótipos e promovendo o respeito mútuo, a literatura infantil afro-brasileira desempenha um papel vital na formação de crianças conscientes e engajadas na promoção da igualdade racial. A representatividade na literatura é fundamental para que as crianças negras e de diversas origens raciais se vejam refletidas nas histórias que leem. Nesse sentido, Evaristo (2016) destaca o poder transformador da literatura “a literatura pode funcionar como um espelho para onde as crianças e jovens possam se olhar, e como uma janela por onde possam ver o outro”. A literatura infantil afro-brasileira funciona como esse espelho e janela, permitindo que crianças de todas as origens vejam e compreendam o mundo ao seu redor de maneira mais ampla.

Autores afro-brasileiros como Kiusam de Oliveira, Rodrigo França, Emicida, e outros, oferecem personagens e narrativas que celebram a cultura negra, permitindo que crianças negras e de diversas origens raciais se identifiquem e se valorizem. Além, de contribuir para uma maior identificação das crianças com suas raízes e uma maior compreensão da diversidade racial do Brasil. Incluir obras desses autores e de outros autores afro-brasileiros no currículo é uma forma de considerar a contribuição significativa da cultura negra para a população. Através da literatura, os estudantes podem explorar diferentes perspectivas e histórias.

A literatura infantil afro-brasileira desafia e desconstrói estereótipos raciais que perpetuam preconceitos. Como afirma Munanga (2009), “essa literatura não é apenas uma ferramenta pedagógica; é um veículo para a transformação social e a construção de um futuro mais igualitário e respeitoso com a diversidade racial”. Ao apresentar personagens negros em uma variedade de papéis e contextos, a literatura incentiva as crianças a questionarem concepções errôneas e a desenvolverem uma visão mais ampla e precisa da diversidade racial. Esse tipo de literatura enriquece o repertório das crianças ao explorar as ricas culturas e histórias da diáspora africana no Brasil. Ela destaca a importância da igualdade racial e promove a valorização das contribuições da comunidade negra para a sociedade brasileira. Freire (2013) em “Pedagogia do Oprimido”, enfatiza a importância da leitura crítica como uma ferramenta para a conscientização e transformação social. Nesse sentido, a literatura infantil afro-brasileira não é apenas uma ferramenta teórica na promoção da educação antirracista, é uma aplicação



prática dessa abordagem. Ela permite que as crianças, desde cedo, compreendam os princípios da igualdade racial, reconheçam a injustiça do racismo e aprendam a ser aliadas na luta por um mundo mais justo.

### **Algumas considerações sobre um curso de extensão para professores**

A Educação Infantil e os Anos Iniciais do Ensino Fundamental são fases fundamentais para a formação de valores, atitudes e consciência social nas crianças. É nesse período que elas começam a desenvolver suas identidades e a perceber as diferenças raciais. Portanto, é vital que os professores dos anos iniciais estejam preparados para promover uma educação antirracista, contribuindo para a construção de uma sociedade mais inclusiva e igualitária. Dessa forma, com o intuito de construir coletivamente, junto aos educadores, um *E-book*, ou seja, um material antirracista que tenha a Literatura Infantil Afro-Brasileira como base, e que sirva de material de apoio a fim de auxiliar os professores nas suas práticas pedagógicas, foi realizado o curso de extensão “Educação antirracista: um caminho a partir da literatura infantil afro-brasileira”, vinculado à minha pesquisa de Mestrado Profissional em Práticas de Educação Básica do Colégio Pedro II.

O curso de extensão na modalidade online com carga horária total de 20H organizado em encontros síncronos e atividades assíncronas, foi oferecido para 60 professores dos anos iniciais do ensino fundamental de diferentes regiões do país e teve como objetivo construir um material que valoriza as relações étnico raciais que posteriormente será disponibilizado inicialmente para os professores dos anos iniciais que concluíram o curso. Além disso, o curso proporcionou um espaço de diálogo entre os participantes, priorizando uma educação antirracista e colaborou com o processo de formação continuada dos professores dos anos iniciais. Durante o curso foram realizadas leituras e discussões de textos, webconferência, livros infantis e vídeos, participação em fóruns online, questionário e atividades para serem postadas online.

O curso de extensão abordou temas relevantes para a formação dos professores como, a lei 10.639/2003, práticas pedagógicas e intervenções antirracistas, o racismo estrutural e a pedagogia decolonial para a educação antirracista, análise de literaturas antigas e anteriores a lei 10.639/2003, literatura infantil afro-brasileira e a visibilidade do negro em sala de aula. Para tanto, a fim de munir esses profissionais de informações e conceitos e possibilitar uma reflexão crítica e conceitual de modo que a partir da soma desses conteúdos, associado as trocas de experiências e com o auxílio do *E-book*, construído a partir dos dados gerados ao longo do

curso, os professores possam construir práticas pedagógicas antirracistas conscientes e ao longo de todo o ano letivo.

Ao término do curso de extensão os professores comentaram a respeito do curso, relatando se o curso contribuiu ou não para as suas práticas pedagógicas rumo à construção de uma educação antirracista. Abaixo estão algumas falas dos professores que expressam suas opiniões a respeito do curso. Com o intuito de preservar a identidade dos participantes, foram criados nomes fictícios utilizando os alguns Países do continente Africano.

*“(...) gostaria apenas de lhe agradecer pela dedicação, pelo cuidado em abrir fala para as pessoas, sua dedicação em responder às dúvidas e questões. Obrigada pela sensibilidade e pelo material riquíssimo que elaborou (...)”.* (Moçambique)

*“Adorei o curso e me inspirei a aprender cada vez mais sobre o tema”.* (Namíbia)

*“Foi muito bom (...). Aprendi muito ouvindo você e a experiência dos colegas”.* (Nigéria)

*“É isso como você falou, né. A gente pensar e procurar as obras para evitar essas situações, porque essas crianças precisam que elas sejam fortalecidas ao longo da vida e eu acho que essas obras são importantes exatamente para a valorização dessa autoimagem. E assim, o curso tem me ajudado muito, porque assim, é aquilo, eu já venho tentando afinar o meu olhar. (...) . Então, assim, o curso tem me ajudado muito para ir afinando esse meu olhar com relação as obras, os autores, as ilustrações, nesse sentido está sendo muito, muito enriquecedor mesmo. Inclusive com as leituras”.* (Botsuana)

Os comentários mostram a necessidade da formação continuada e a elaboração de materiais de suporte para os professores. A importância de materiais antirracistas para profissionais dos anos iniciais vai além de fornecer informações, eles moldam atitudes, valores e perspectivas. Ao incorporar esses materiais em suas práticas, os educadores contribuem para a formação de uma geração mais consciente, empática e engajada na construção de uma sociedade verdadeiramente equitativa. A formação desses educadores é crucial para a promoção de uma educação que desconstrua estereótipos, promova a empatia, conscientize sobre o racismo e valorize a diversidade cultural. Ao adotar uma abordagem educacional antirracista,

estamos investindo no futuro, capacitando as novas gerações a serem agentes de mudança e a construir um Brasil mais justo e democrático.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O enfrentamento e a superação da colonialidade e do racismo deve ser uma atitude cotidiana no espaço escolar. Contudo, a construção de uma perspectiva decolonial e de uma educação antirracista é um processo no qual cada sujeito da comunidade escolar é central. E certamente as equipes docentes são um elemento essencial nessa mudança.

A formação dos professores é um investimento não apenas no presente, mas também no futuro de uma sociedade mais igualitária. Ao capacitar os educadores para promover uma educação antirracista, estamos construindo as bases para uma sociedade onde todas as crianças tenham oportunidades iguais e sejam respeitadas, independentemente de sua origem racial.

É essencial que os todos nós estejamos comprometidos em criar um ambiente escolar inclusivo, na desconstrução de estereótipos raciais e no empoderamento das crianças para que se tornem cidadãos conscientes e tolerantes. E a literatura infantil brasileira, assim como outras produções negras e indígenas, podem contribuir sobremaneira para isso.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei 10.639, de 9 de janeiro de 2003. D.O.U. de 10 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Brasília: Planalto. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/110.639.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm).

CANDAU, Vera Maria. Diferenças, educação intercultural e decolonialidades: temas insurgentes. Revista Espaço Currículo (online), João Pessoa, v. 13, n. Especial, p. 678-686, dez., 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/rec/article/view/54949/32178>

CASTRO-GÓMEZ, S. *Los avatares de la crítica decolonial*. 2012.

CERQUEIRA, Daniel. Atlas da Violência 2021 / Daniel Cerqueira et al., - São Paulo: FBSP, 2021. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/arquivos/artigos/5141-atlasdaviolencia2021completo.pdf>

EVARISTO, Conceição. Olhos d'água. Rio de Janeiro: Pallas: Fundação Biblioteca Nacional, 2016.

FANON, Frantz. Pele negra, máscaras brancas / Frantz Fanon; tradução de Renato da Silveira. – Salvador: EDUFBA, 2008. Disponível em: [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5551590/mod\\_resource/content/1/Frantz\\_Fanon\\_Pele\\_negra\\_mascaras\\_brancas.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5551590/mod_resource/content/1/Frantz_Fanon_Pele_negra_mascaras_brancas.pdf)

FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. São Paulo: Paz e Terra, 2013.

GOMES, Nilma Lino. Relações étnico-raciais, educação e descolonização dos currículos. Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG. Currículo sem Fronteiras, v. 12, n. 1, pp. 98-109, Jan/Abr., 2012. Disponível em:

[http://www.apeoesp.org.br/sistema/ck/files/5\\_Gomes\\_N%20L\\_Rel\\_etnico\\_raciais\\_educ%20e%20descolonizacao%20do%20curriculo.pdf](http://www.apeoesp.org.br/sistema/ck/files/5_Gomes_N%20L_Rel_etnico_raciais_educ%20e%20descolonizacao%20do%20curriculo.pdf)

GOMES, Nilma Lino. O combate ao racismo e a descolonização das práticas educativas e acadêmicas. *Revista de Filosofia Aurora*, vol. 33, no. 59, 2021. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/6733/673373992012/673373992012.pdf>

GORSFOGUEL, Ramon. *Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico*. Belo Horizonte. Autêntica. 2017

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, DIEST – Diretoria de Estudos e Políticas do Estado, das Instituições e da Democracia. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/arquivos/artigos/9144-dashboardviolenciamulherfinal-1.pdf>

LIMA, Rogerio Mendes de. Educação intercultural e combate ao racismo: por uma pedagogia contra-hegemônica na Escola Básica. In: SILVA, Kátia Regina X. P. da e AMPARO, Vieira da Silva do (organizadoras). – Curitiba: CRV, 2015. Disponível em: [https://www.cp2.g12.br/blog/mpcp2/files/2017/04/livrocompleto\\_criatividade\\_e\\_interculturalidade\\_2015\\_final-ilovepdf-compressed.pdf](https://www.cp2.g12.br/blog/mpcp2/files/2017/04/livrocompleto_criatividade_e_interculturalidade_2015_final-ilovepdf-compressed.pdf)

MIGNOLO, Walter D. Colonialidade: o lado mais obscuro da modernidade\*\* Introdução de *The darker side of western modernity: global futures, decolonial Options* (Mignolo, 2011), traduzido por Marco Oliveira, *Revista Brasileira de Ciências Sociais* [online]. 2017, v. 32, n. 94. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/nKwQNPrx5Zr3yrMjh7tCZVk/?format=pdf&lang=pt>

MUNANGA, Kabenguele. *Superando o Racismo na Escola*. Brasília: Ministério da Educação, 2009.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: QUIJANO, Aníbal. *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais, perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: CLACSO, 2005. P. 117-142. Disponível em: [https://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12\\_Quijano.pdf](https://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12_Quijano.pdf)

SANTOS, Carlos Alberto Ivanir dos; DIAS, Bruno Bonsanto; SANTOS, Luan Costa Ivanir dos. *II Relatório sobre Intolerância Religiosa: Brasil, América Latina e Caribe*. 1. Ed. – Rio de Janeiro; CEAP, 2023. BERNARDINO-COSTA, Joaze, MALDONADO-TORRES, Nelson.